

Editorial: Volume 15, Número 40, Ano 2023

Editores



Silvia Maria Fávero Arend

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Florianópolis, SC – BRASIL

lattes.cnpq.br/7367251417314346



orcid.org/0000-0002-3262-5596



Reinaldo Lindolfo Lohn

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Florianópolis, SC – BRASIL

Florianópolis, SC – BRASIL

lattes.cnpq.br/0899990656525100



orcid.org/0000-0002-7902-2733



Caroline Jaques Cubas

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Florianópolis, SC – BRASIL

Florianópolis, SC – BRASIL

lattes.cnpq.br/8047265228290870



orcid.org/0000-0001-5411-6824



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180315402023e0001>

 /tempoargumento

 @tempoargumento

 @tempoargumento

No ano de 2023, para adaptarmos nossa revista às balizas bibliométricas de indexadores científicos internacionais, relativas ao número de citações dos artigos publicados em *Tempo e Argumento* nos últimos anos, passamos a publicar um montante reduzido de trabalhos, especialmente na seção “Demanda Contínua”. Este processo de avaliação dos periódicos, que tem como paradigma principal as Ciências da Saúde, produz impactos muitas vezes negativos na avaliação de desempenho dos periódicos das Ciências Humanas. É importante lembrar que a circulação e as citações dos artigos produzidos no âmbito das Ciências Humanas têm ritmos distintos e ocorrem em outras temporalidades que não a imediata. Compreendemos que a área da História deveria realizar com uma certa brevidade uma reflexão adensada sobre o tema dos indicadores e métricas na avaliação de desempenho dos periódicos e artigos, uma vez que a divulgação científica é um dos principais pilares do sistema de pós-graduação brasileiro.

Ainda em relação à divulgação científica, a equipe editorial de *Tempo e Argumento* produziu no segundo semestre de 2023 um conjunto de *Podcasts* com o objetivo de difundir para um público mais amplo os resultados das investigações no âmbito da História do Tempo Presente. Os oito episódios disponibilizados na plataforma Spotify (<https://podcasters.spotify.com/pod/show/tempo-e-argumento-podcast>) foram produzidos por Silvia Maria Fávero Arend e Igor Lemos Moreira, responsáveis pelas entrevistas; Kauê Pisetta Garcia, que assumiu a edição de áudio; e Ana Carolina Machado, que atuou na divulgação do conteúdo nas redes sociais. Foram entrevistados organizadores e organizadoras de dossiês e seções temáticas publicadas no ano de 2022 - Maria Paula Nascimento Araújo, Isabel Pimentel, Juliana Alves Andrade, Alejandra Josiowicz, Maria Carolina Zapiola e Rodrigo Patto Sá Motta -, além de profissionais egressos do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC - Diego Finder Machado, Elisângela da Silva Machieski, Karla Simone Willemann Schütz e Michelle Maria Stakonski Cechinel -, os quais tiveram as suas teses indicadas para a premiação anual realizada pela Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) e pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil).

Em outubro de 2023, o Programa de Pós-graduação em História da UDESC realizou o V Seminário Internacional de História do Tempo Presente (<https://doity.com.br/v-seminario-internacional-historia-do-tempo-presente>). O evento contou com a participação de palestrantes nacionais e internacionais e recebeu um público superior a 600 pessoas. O êxito da iniciativa será completado com a publicação de um número especial de *Tempo e Argumento* no ano de 2024, no qual nosso público poderá acessar os textos apresentados nas conferências e nas mesas redondas.

A presente edição de *Tempo e Argumento*, último número de 2023, apresenta um dossiê sobre povos indígenas, organizado pelos pesquisadores Héctor Nahuelpán Moreno, da Universidad de Los Lagos (Chile), e Luisa Tombini Wittmann, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Brasil). Países dos hemisférios Sul e Norte neste ano de 2023 vivenciaram graves adversidades provocadas por fenômenos climáticos extremos. Parte desses fenômenos climáticos, que provocaram ou intensificaram problemas sociais de diferentes dimensões, especialmente nos países do Sul global, está associada a formas capitalistas de utilização dos chamados recursos naturais, implicando o grande desmatamento das florestas e de outros biomas, a poluição das águas e do ar, o uso desenfreado de produtos químicos etc. Uma História dos povos indígenas em diálogo com a História do Tempo Presente põe em cena outras formas de ser e estar no mundo, seja do ponto de vista epistêmico ou do próprio conteúdo historiográfico, compreendendo temas, objetos e abordagens. Essas narrativas contribuem ainda para a construção de uma historiografia que não esteja alheia aos debates públicos que envolvem a necessidade de mudanças estruturais na exploração econômica, nas relações políticas e nas interações socioculturais, o que diz respeito aos conflitos que atravessam nossas sociedades.

O número é composto também de dois artigos da seção “Demanda Contínua”, além de uma entrevista efetuada com o historiador Rolando Álvarez Vallejos, da Universidad de Santiago de Chile, e de uma resenha. No artigo de autoria das historiadoras Mariana Dias Antônio e Rosane Kaminski, ambas da Universidade Federal do Paraná, temos uma reflexão sobre o imaginário social produzido, desde a década de 1960, sobre o rio Guandu e as práticas de

extermínio de pessoas ocorridas no Estado da Guanabara/Rio de Janeiro. As autoras analisam, com base em reportagens publicadas na imprensa carioca, os meandros de um discurso que aborda processos relativos à necropolítica implementada por atores sociais da sociedade civil e do Estado brasileiro. De sua parte, os pesquisadores cubanos Javier Marzal e Cláudia Lazcano, no artigo intitulado “A psiquiatria soviética e a política de higiene mental na Cuba socialista”, tratam de questões referentes a uma biopolítica da população no século XX. Os autores, tendo em vista um conjunto de fontes da área da Medicina, refletem acerca das principais modificações ocorridas ao longo da década de 1960 no campo da Psiquiatria em Cuba com vistas à normalização dos corpos dos considerados antissociais, a partir da adoção de um ideário e práticas oriundas da União Soviética.

A entrevista realizada pela pesquisadora Mariana Joffily com o historiador Rolando Álvarez Vallejos aborda os “caminhos” trilhados pela História do Tempo Presente no Chile, especialmente no que tange às temáticas da Ditadura Militar, do processo de transição para a democracia e os significados atribuídos aos 50 anos do golpe de Estado. Por fim, a resenha de autoria do doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UDESC, Guilherme da Conceição de Lima, tem como foco a obra de “En la cresta de la ola. Debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente”. A coletânea, composta de 19 capítulos, de autoria de historiadoras e historiadores de diferentes nacionalidades, apresenta um panorama das atuais discussões sobre questões epistemológicas e metodológicas da História do Tempo Presente.

Apresentação do Dossiê “Povos Indígenas e História do Tempo Presente”

*Organizadores: Luisa Tombini Wittmann
Héctor Nahuelpán Moreno*

A crítica às bases epistemológicas eurocêntricas das Ciências Humanas e as demandas do movimento indígena impulsionam atualmente a construção de um conhecimento histórico sobre, com e baseado em concepções de tempo e interpretação históricas de sociedades originárias de Abya Yala; o que torna esse debate tão complexo quanto necessário. O historiador belga Berber Bevernage

nos provoca ao afirmar que o conceito de tempo histórico acionado pelos historiadores e historiadoras tem mais em comum com a perspectiva dos perpetradores do que com a de suas vítimas. É fundamental, portanto, aprofundar uma reflexão histórica em diálogo com concepções e vivências indígenas que se assentam na ausência de ruptura entre passado e presente, de separação entre razão e sentir e de hierarquização entre humano e natureza, concepções-base da modernidade colonial.

Os povos indígenas enfrentam diretamente as consequências de uma história colonial inacabada, que está na base das contradições, conflitos e antagonismos que protagonizam o atual contexto de capitalismo global e de crise multidimensional (econômica, ecológica, política, civilizatória). O passado que não quer passar insiste em assombrar os injustiçados da história, impondo constantes desafios epistêmicos, teóricos e metodológicos para sua legibilidade, compreensão e análise. Ao longo do século XX, apesar de muitas mudanças no ofício do historiador, o impedimento da análise de fontes orais e o estudo de períodos recentes se mantiveram, questionados finalmente com o surgimento e consolidação da História do Tempo Presente. A História Oral foi importante para a entrada e a constituição desse campo no Brasil, e é de fundamental importância para a reflexão sobre a história dos povos originários, cuja memória está ancorada na ancestralidade e na oralidade. É portanto necessária e urgente a produção de uma história indígena que honre os mortos e seja direcionada aos vivos, portanto engajada com demandas sociais por justiça, memória e vida, em busca da garantia de modos de ser e de estar no mundo em oposição ao projeto moderno/colonial.

O dossiê “Povos Indígenas e História do Tempo Presente” reúne, nesse sentido, resultados de pesquisas interdisciplinares e originais que discutem o passado traumático que habita as histórias do presente indígena, as resistências, lutas e desafios que eles/as enfrentam; assim como o modo como prefiguram horizontes políticos, de vida e de reexistência com base nos diálogos que tecem com o passado. Analisa-se criticamente experiências de dominação, adaptação e resistência ao colonialismo, ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo estrutural na história recente. São artigos, portanto, que abordam problemas do

presente, resultantes de uma longa e constante história de violência, e revelam memórias, movimentos, temporalidades e narrativas históricas indígenas.

Pensar historicamente valendo-se de parâmetros indígenas é o objetivo do texto de autoria de Geni Núñez, que, além da denúncia da violência da modernidade/colonialidade sustentada pelos binarismos da colonização, tece seu argumento sobre etnogenocídio com base em epistemologias guarani. Um artigo escrito por uma pesquisadora guarani que nos brinda com uma narrativa contracolonial, uma visão da terra sobre a “caravela epistêmica”. Maira Damasceno, por sua vez, reflete sobre direito à diferença e pluriversalidade através da compreensão Kanhgág de tempo-espço, como uma unidade dual e complementar. Desse modo, tensiona também a cisão entre passado, presente e futuro ao analisar essa filosofia baseando-se em pensadores indígenas, em contraposição à colonialidade do poder e do saber.

Maria Campesato traz para o centro do debate a escrita produzida por indígenas, sem se furtar a fazer uma crítica à escrita colonial enquanto perspectiva até pouco tempo hegemônica. O artigo demonstra que indígenas se apropriam da escrita como técnica de afirmação de um modo de ser ancestral, ancorado na oralidade. Trata-se, portanto, de um gesto ético, estético e político que reverbera no campo educacional, especificamente, e contribui, no geral, para a busca de caminhos não destrutivos da vida humana e não-humana.

Michelle Reis de Macedo apresenta uma pesquisa sobre Mário Juruna, liderança Xavante de destaque nas décadas de 1970 e 1980. O poder tutelar é analisado, reforçando a tese da colonialidade como aspecto estruturante das relações de poder no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar. O artigo contribui para a compreensão das forças contrárias à ida de Juruna ao IV Tribunal Russell em 1980, que cumpriu seu intuito de denunciar crimes cometidos contra os povos indígenas. Mário Juruna se tornou assim figura emblemática no cenário da política brasileira, reforçando a luta mais ampla do movimento indígena pela demarcação de terras, que se articula e se consolida obtendo vitória significativa com o Art. 231, da Constituição Federal de 1988.

Histórias dos povos Apinajé e Laklãnõ-Xokleng são contadas nos artigos escritos por Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes e João Mitia Antunha e Douglas

Ladik Antunes e Orivaldo Nunes Junior, respectivamente. Singularidades históricas e especificidades culturais são descritas, demonstrando a força da luta indígena contra o esbulho territorial a partir da década de 1970, que segue na contemporaneidade, seja através da Associação União das Aldeias Apinajé (Pempxà) no Norte de Tocantins ou das greves realizadas pelos Laklãñõ-Xokleng na Barragem Norte construída dentro da TI Ibirama no Vale do Itajaí-Santa Catarina. Importante salientar que "a demarcação inacabada é uma história que ainda está sendo escrita", e exige posicionamento indígena e não-indígena.

Desejamos assim que todas e todos aproveitem esta iniciativa editorial e que a leitura de nossa revista qualifique ainda mais os debates em torno da História do Tempo Presente.